



Contas Nacionais
número 65

Produto Interno Bruto dos Municípios

2016

Presidente da República
Michel Miguel Elias Temer Lulia

Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Esteves Pedro Colnago Junior

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente
Roberto Luís Olinto Ramos

Diretor-Executivo
Fernando José de Araújo Abrantes

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Claudio Dutra Crespo

Diretoria de Geociências
João Bosco de Azevedo

Diretoria de Informática
José Sant'Anna Bevilaqua

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Maysa do Sacramento de Magalhães

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Pesquisas
Coordenação de Contas Nacionais
Rebeca de La Rocque Palis

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Diretoria de Pesquisas
Coordenação de Contas Nacionais

Contas Nacionais
número 65

Produto Interno Bruto dos Municípios

2016

 **IBGE**
Rio de Janeiro
2018

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISSN 1415-9813 **Contas Nacionais**

Divulga os resultados do Sistema de Contas Nacionais Brasil relativos às Tabelas de Recursos e Usos; Contas Econômicas Integradas; Sistema de Contas Regionais Brasil; Produto Interno Bruto dos Municípios; Matriz de Insumo-Produto; e Estatísticas de Finanças Públicas e Conta Intermediária de Governo.

© IBGE. 2018

Por decisão editorial, a partir do ano de referência 2016 a publicação passou a ser divulgada em duas partes. A primeira parte corresponde a um informativo contendo comentários analíticos ilustrados com tabelas e gráficos que destacam os principais resultados do estudo/pesquisa, e é disponibilizada tanto em meio impresso como em meio digital (formato pdf) no portal do IBGE na Internet. A segunda parte, constituída por Notas técnicas, entre outros elementos textuais, apresenta considerações de natureza metodológica sobre o estudo/pesquisa, sendo veiculada apenas em meio digital (formato pdf) no portal.

Sumário

Apresentação	8
Introdução.....	9
Fontes de informação.....	11
Referências.....	13
Glossário.....	15

Convenções

-	Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
..	Não se aplica dado numérico;
...	Dado numérico não disponível;
x	Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação;
0; 0,0; 0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo; e
-0; -0,0; -0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo.

Listas

Siglas das Unidades da Federação

RO - Rondônia

AC - Acre

AM - Amazonas

RR - Roraima

PA - Pará

AP - Amapá

TO - Tocantins

MA – Maranhão

PI - Piauí

CE - Ceará

RN - Rio Grande do Norte

PB - Paraíba

PE - Pernambuco

AL - Alagoas

SE - Sergipe

BA – Bahia

MG - Minas Gerais

ES - Espírito Santo

RJ - Rio de Janeiro

SP - São Paulo

PR - Paraná

SC - Santa Catarina

RS - Rio Grande do Sul

MS - Mato Grosso do Sul

MT - Mato Grosso

GO - Goiás

DF - Distrito Federal

Municípios das Capitais

Porto Velho/Rondônia

Rio Branco/Acre

Manaus/Amazonas

Boa Vista/Roraima

Belém/Pará

Macapá/Amapá

Palmas/Tocantins

São Luís/Maranhão

Teresina/Piauí

Fortaleza/Ceará

Natal/Rio Grande do Norte

João Pessoa/Paraíba

Recife/Pernambuco

Maceió/Alagoas

Aracaju/Sergipe

Salvador/Bahia

Belo Horizonte/Minas Gerais

Vitória/Espírito Santo

Rio de Janeiro/Rio de Janeiro

São Paulo/São Paulo

Curitiba/Paraná

Florianópolis/Santa Catarina

Porto Alegre/Rio Grande do Sul

Campo Grande/Mato Grosso do Sul

Cuiabá/Mato Grosso

Goiânia/Goiás

Brasília/Distrito Federal

Apresentação

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, as Secretarias Estaduais de Governo e a Superintendência da Zona Franca de Manaus -SUFRAMA, apresenta os resultados do Produto Interno Bruto - PIB dos Municípios de 2016 na série que têm como referência o ano de 2010.

Por decisão editorial, cabe destacar, a partir do ano de referência de 2016, a publicação do *Produto interno bruto dos municípios* passou a ser divulgada em duas partes. A primeira parte corresponde a um informativo contendo comentários analíticos ilustrados com tabelas e gráficos que destacam os principais resultados da pesquisa, e é disponibilizada tanto em meio impresso como em meio digital (formato pdf) no portal do IBGE na Internet. A segunda parte, constituída por estas notas técnicas, entre outros elementos textuais, apresenta considerações de natureza metodológica sobre a pesquisa, sendo veiculada apenas em meio digital (formato pdf) no portal.

São apresentados, a preços correntes, os valores adicionados brutos dos três grandes setores de atividade econômica: Agropecuária; Indústria; e Serviços, – além da Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social –, devido à importância dessa atividade na economia brasileira; bem como os impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos, o PIB e o PIB *per capita*.

Os resultados são analisados por meio de tabelas, quadros, gráficos e mapas. A partir desta publicação, apresenta-se uma análise geográfica mais detalhada, que interpreta o PIB dos Municípios a partir da sua distribuição no País. Nessa perspectiva, a colaboração da Diretoria de Geociências permite, assim, interpretar tais estimativas com mais precisão, com base nas tipologias (classificações de municípios como, por exemplo, rurais e urbanos) e regionalizações (agregações de municípios contíguos, por vezes a partir da identificação de polos). Esses instrumentos conferem outros significados aos dados do PIB dos Municípios, mostrando padrões de concentração e dispersão associados às formas e densidades de povoamento, bem como às funções econômicas e político-administrativas das diferentes partes do Território Nacional.

No portal do IBGE na Internet, estão disponíveis a série de 2002 a 2016, sendo que de 2002 a 2009 é chamada série retropolada, e demais informações sobre a pesquisa.

A publicação inclui, ainda, um Glossário com os termos e conceitos relevantes para a compreensão dos resultados.

Claudio Dutra Crespo

Diretor de Pesquisas

Introdução

As estimativas do Produto Interno Bruto - PIB dos Municípios são desenvolvidas desde o ano 2000, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, as Secretarias Estaduais de Governo e a Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA e obedecem a uma metodologia uniforme para todas as Unidades da Federação sendo integradas, conceitualmente, aos procedimentos adotados nos Sistemas de Contas Nacionais e Regionais. Dessa maneira, seus resultados são coerentes e comparáveis entre si e com os resultados nacional e regional.

Em dezembro de 2015, os resultados do PIB dos Municípios foram divulgados tendo como referência o ano 2010¹. Esses resultados incorporam as recomendações apresentadas no manual *System of national accounts 2008*, SNA 2008, a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.0, novas fontes de dados e ainda resultados de censos e pesquisas realizados, cujas estruturas servirão de referência para os próximos anos. Como consequência, as participações das atividades econômicas na composição do PIB foram atualizadas. Entretanto, essa atualização gerou descontinuidade nos dados históricos do PIB dos Municípios. Para o período anterior a 2010, realizou-se a retropolação² dos dados até 2002 incorporando no cálculo dos agregados (PIB, valor adicionado bruto da Agropecuária, da Indústria e dos Serviços) a nova estrutura das atividades econômicas. Além da incorporação dos novos pesos, sempre que foi possível, introduziram-se as alterações conceituais da nova referência nos anos anteriores.

A divulgação da série do PIB dos Municípios adota uma política de revisão dos resultados como requisito fundamental para o aprimoramento da qualidade da informação. Assim, o resultado relativo ao último ano divulgado é sempre revisto no ano posterior.

O banco de dados completo³ contém, a preços correntes, o valor adicionado bruto da Agropecuária, da Indústria e dos Serviços; os impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos; o PIB; e o PIB *per capita*, e, também o valor adicionado bruto corrente da Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social, devido à importância dessa atividade na economia brasileira.

Pela primeira vez, apresenta-se uma análise geográfica das estimativas do PIB dos Municípios, de acordo com sua distribuição no País. O trabalho, que, a partir da publicação deste ano, conta com a colaboração da Diretoria de Geociências do IBGE, permite a interpretação dos dados com mais precisão, com base em tipologias e regionalizações que conferem outros significados aos indicadores estimados, ao evidenciar padrões de

¹ Para informações mais detalhadas sobre a metodologia do PIB dos municípios, consultar: PRODUTO interno bruto dos municípios: ano de referência 2010. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 50 p. (Série relatórios metodológicos, v. 29). Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=notas-tecnicas>>. Acesso em: nov. 2018.

² Para informações mais detalhadas sobre o processo de retropolação, consultar: PRODUTO interno bruto dos municípios: referência 2010. Nota metodológica da série retropolada 2002-2009 (versão para informação e comentários): versão 1. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 5 p. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=notas-tecnicas>>. Acesso em: nov. 2018.

³ O banco de dados, por município, referente aos anos de 2010 a 2016; e a série de 2002 a 2009 estão disponíveis no portal do IBGE no endereço: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9088-produto-internobruuto-dos-municipios.html>>.

concentração e dispersão associados às formas e densidades de povoamento, bem como às funções econômicas e político-administrativas das diferentes partes do Território Nacional.

Para a estimativa do ano de 2016 dos municípios do Estado do Rio Grande do Sul, os indicadores que dependem das informações de saídas de mercadorias, provenientes da Secretaria da Fazenda, e consumo de energia (estrutura por município) foram os mesmos utilizados na estimativa do ano de 2015, uma vez que o estado não participou dos trabalhos para a estimação do referido ano, em virtude do rompimento do convênio com o instituto de estatística (Fundação de Economia e Estatística - FEE) extinto pelo governo gaúcho. As atividades que abrangem a utilização das informações da Secretaria da Fazenda são, principalmente, Indústria extrativa, Indústrias de transformação, Comércio e uma parte da atividade de Alimentação. As demais atividades foram estimadas com as informações provenientes de outras fontes e, assim, não foram afetadas.

Fontes de informação

O cálculo do PIB dos Municípios se baseia na distribuição, entre os municípios, do valor adicionado bruto a preços básicos, em valores correntes das atividades econômicas, obtido pelo Sistema de Contas Regionais do Brasil - SCR.

O trabalho fundamenta-se na identificação de indicadores de diversas fontes que permitam distribuir o valor adicionado bruto das atividades econômicas de cada Unidade da Federação entre seus respectivos municípios. O nível de desagregação necessário ao cálculo do PIB dos Municípios requer maior abertura das mencionadas atividades, chegando-se, especificamente na Agropecuária, no nível de produto.

O quadro abaixo apresenta informações detalhadas sobre os indicadores e fontes utilizados na distribuição do valor adicionado bruto estadual pelos municípios.

Indicadores e fontes utilizados na distribuição do valor adicionado bruto e dos impostos de cada Unidade da Federação pelos municípios

(continua)

Atividades/impostos	Indicadores	Fontes
Agropecuária		
Agricultura, pecuária e produção florestal	Valor bruto da produção e efetivo dos rebanhos	PAM, PPM, PEVS, Censo Agropecuário 2006
Pesca e aquicultura	Pesca: Pessoal ocupado	Censo Demográfico 2010
	Aquicultura: Valor bruto da produção	PPM
Indústria		
Indústrias extrativas	Petróleo e gás natural: Quantidade produzida	ANP
	Demais produtos: Valor das saídas de mercadorias	SEFAZ
Indústrias de transformação	Valor das saídas de mercadorias por segmento	SEFAZ
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	Geração de energia elétrica: Valor adicionado bruto da empresa	Contas Regionais, empresas de energia
	Transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica: Consumo de energia elétrica	Empresas de energia
	Distribuição de gás e água e esgoto: Volume faturado	Empresas de gás natural, SNIS
	Gestão de resíduos e recuperação de materiais: Valor adicionado bruto municipal das atividades transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e água e esgoto	PIB dos Municípios
Construção	Empresas não financeiras: Pessoal ocupado na atividade	CEMPRE
	Famílias: Valor adicionado bruto municipal das lavouras temporárias e permanentes; comércio varejista; serviços de alojamento e alimentação; transportes aquaviário e aéreo; administração pública esfera municipal; atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares; educação e saúde privadas; artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços e serviços domésticos	PIB dos Municípios

**Indicadores e fontes utilizados na distribuição do valor adicionado bruto
e dos impostos de cada Unidade da Federação pelos municípios**

(conclusão)

Atividades/impostos	Indicadores	Fontes
Serviços		
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	Valor das saídas de mercadorias por segmento	SEFAZ
Alojamento e alimentação	Valor das saídas de mercadorias e salário	SEFAZ, CEMPRE
Transporte, armazenagem e correio	Transporte terrestre - Passageiro: Valor adicionado bruto municipal do comércio varejista; alojamento e alimentação; transportes aquaviário e aéreo; administração pública esfera municipal; atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares; educação e saúde privadas; artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços e serviços domésticos	PIB dos Municípios
	Transporte terrestre - Carga: Valor bruto da produção municipal da agropecuária, indústrias extrativas, indústrias de transformação, comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas, transportes aquaviário, aéreo e correios Transporte aéreo: Carga e passageiros embarcados Transporte aquaviário: Carga embarcada Correios: Receita operacional Armazenagem e outros: Valor adicionado bruto municipal do cultivo de cereais, soja, café e algodão; indústrias extrativas; indústrias de transformação; comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; transportes (exceto armazenagem)	PIB dos Municípios INFRAERO, ANAC ANTAQ ECT PIB dos Municípios
Informação e comunicação	Telecomunicações: Valor adicionado bruto municipal do comércio varejista; alojamento e alimentação; atividades financeiras, de Demais serviços: Pessoal ocupado	PIB dos Municípios CEMPRE
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	Valor das operações ativas e passivas selecionadas	BACEN
Atividades imobiliárias	Consumo de energia elétrica residencial e comercial	Empresas de energia
Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares	Parcela relativa à contribuição das sedes de empresas: Pessoal ocupado	CEMPRE
	Demais parcelas: Valor adicionado bruto municipal das indústrias extrativas; indústrias de transformação; comércio exceto atacadista de combustíveis; transportes exceto armazenagem e passageiros; informação e comunicação (apenas demais serviços); atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; administração pública esfera municipal	PIB dos Municípios
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	Esferas federal e estadual: População	IBGE
	Esfera municipal: Despesa realizada pelas prefeituras com pessoal ativo	FINBRA, TCE, TCM
Educação e saúde privadas	Educação: Número de matrículas	INEP
	Saúde: Pessoal ocupado	RAIS
Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços e serviços domésticos	Valor adicionado bruto municipal das lavouras temporárias e permanentes; comércio varejista; alojamento e alimentação; transportes aquaviário e aéreo; administração pública esfera municipal; atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares; educação e saúde privadas; construção (apenas empresas não financeiras)	PIB dos Municípios
Impostos		
Esferas municipal e federal	Arrecadação	FINBRA, TCE, TCM e RFB
Esfera estadual	Valor adicionado bruto municipal da agropecuária; indústrias de transformação; comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; transportes (exceto a parcela relativa ao correio); distribuição de eletricidade; informação e comunicação (apenas parcela telecomunicações)	CONFAZ, PIB dos Municípios

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Referências

ACTUALIZACIÓN del sistema de cuentas nacionales 1993 (SCN 1993): conjunto completo de recomendaciones provisionales: documento para discusión de los participantes. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe - Cepal; Guatemala: Banco de Guatemala, 2006. 68 p. Trabalho apresentado pelo Grupo de Expertos Asesores del Proceso de Actualización del SCN 1993, no Seminario Latinoamericano de Cuentas Nacionales, realizado na Guatemala, 2006. Disponível em: <<https://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/AEG/recommendations/flprsp.pdf>>. Acesso em: nov. 2018.

CONTAS regionais do Brasil: ano de referência 2010. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 68 p. (Série relatórios metodológicos, v. 37). Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98459.pdf>>. Acesso em: nov. 2018.

PRODUTO interno bruto dos municípios: ano de referência 2010. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2016a. 50 p. (Série relatórios metodológicos, v. 29). Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=notas-tecnicas>>. Acesso em: nov. 2018.

PRODUTO interno bruto dos municípios: referência 2010. Nota metodológica da série retrogradada 2002-2009 (versão para informação e comentários): versão 1. Rio de Janeiro: IBGE, 2016b. 5 p. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=notas-tecnicas>>. Acesso em: nov. 2018.

SISTEMA de contas nacionais: Brasil: ano de referência 2010. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 236 p. (Série relatórios metodológicos, v. 24). Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9052-sistema-de-contas-nacionais-brasil.html?edicao=9053&t=notas-tecnicas>>. Acesso em: nov. 2018.

SISTEMA de contas nacionais: Brasil 2016: notas técnicas. Rio de Janeiro: IBGE, 2018a. 24 p. (Contas nacionais, n. 63). Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9052-sistema-de-contas-nacionais-brasil.html?=&t=publicacoes>>. Acesso em: nov. 2018.

SISTEMA de contas nacionais: Brasil 2016. Tabelas completas. Rio de Janeiro: IBGE, 2018b. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9052-sistema-de-contas-nacionais-brasil.html?&t=resultados>>. Acesso em: nov. 2018.

SISTEMA de contas regionais: Brasil 2016: notas técnicas. Rio de Janeiro: IBGE, 2018c. 23 p. (Contas nacionais, n. 64). Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html?edicao=18008&t=notas-tecnicas>>. Acesso em: nov. 2018.

SISTEMA de contas regionais: Brasil 2016. Tabelas completas. Rio de Janeiro: IBGE, 2018d. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html?edicao=23025&t=publicacoes>>. Acesso em: nov. 2018.

SYSTEM of national accounts 1993. Luxembourg: Commission of the European Communities - Eurostat, 1993. 814 p. Preparado sob os auspícios da Comissão das Comunidades Europeias - Eurostat, Fundo Monetário Internacional - FMI, Organização

para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE, Organização das Nações Unidas - ONU e Banco Mundial. Disponível em:
<<http://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/sna1993.asp>>. Acesso em: nov. 2018.

SYSTEM of national accounts 2008. New York: United Nations, 2009. 662 p. Preparado sob os auspícios da Organização das Nações Unidas - ONU, Comissão Europeia - Eurostat, Fundo Monetário Internacional - FMI, Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE e Banco Mundial. Disponível em:
<<http://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/sna2008.asp>>. Acesso em: nov. 2018.

Glossário

ajustamento CIF/FOB Conciliação das diferentes avaliações utilizadas na importação: o total da importação é avaliado a preços FOB (do Inglês *Free on Board*, que exclui as despesas com fretes e seguros) e na abertura por produto, a preços CIF (do Inglês *Cost, Insurance and Freight*, que inclui despesas com fretes e seguros).

apoio diagnóstico e terapêutico Grupo de procedimentos médicos e de saúde utilizados como atividades complementares ao diagnóstico (exames de diagnóstico que complementam o exame clínico) e tratamento (procedimentos terapêuticos que dão suporte e complementam outras medidas terapêuticas, como, por exemplo, hemoterapia, oxigenoterapia e nutrição enteral).

Amazônia Legal Área criada, inicialmente, como de atuação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia - SPVEA, em 1953. Atualmente, ela corresponde à área dos Estados da Região Norte (Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá e Tocantins), acrescidos da totalidade do Estado de Mato Grosso e dos municípios do Estado do Maranhão situados a oeste do meridiano 44° O. Em sua configuração atual, equivale à área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, representando 59% do território brasileiro.

arranjo populacional Recorte geográfico que agrupa dois ou mais municípios entre os quais existe forte integração populacional devido aos movimentos pendulares para trabalho ou estudo, ou devido à contiguidade entre as manchas urbanizadas principais. O estudo Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil, divulgado pelo IBGE em 2016, identifica 294 arranjos no território brasileiro. No caso daqueles em torno do Arranjo "São Paulo/SP", foi considerada a segunda integração dos arranjos, compondo, assim, a cidade-região de São Paulo.

atividade econômica Conjunto de unidades de produção caracterizado pelo produto produzido, classificado conforme sua produção principal.

capacidade ou necessidade de financiamento Poupança bruta mais as transferências líquidas de capital a receber, menos o valor da formação bruta de capital fixo, menos a variação de estoques, menos o valor das aquisições líquidas de ativos não financeiros. Quando o saldo é positivo, indica a existência de um superávit e, quando negativo, indica a existência de um déficit que terá que ser financiado por meio da emissão de passivos financeiros.

capacidade ou necessidade de financiamento nas estatísticas fiscais Resultado operacional líquido menos a aquisição líquida de ativos não financeiros (ou resultado operacional bruto menos a aquisição líquida de ativos não financeiros, excluído também o consumo de capital fixo). Também é igual à aquisição líquida de ativos financeiros menos o incorrimento líquido de passivos. É um indicador sintético que revela a medida em que o governo põe recursos financeiros à disposição de outros setores da economia ou utiliza os recursos financeiros gerados por outros setores.

carga tributária bruta Quociente entre o somatório das arrecadações de impostos, taxas e contribuições e o produto interno bruto.

carga tributária líquida Quociente entre o somatório das arrecadações de impostos, taxas e contribuições, deduzido das despesas com subsídios, benefícios e transferências para instituições privadas sem fins de lucro, e o produto interno bruto.

cidade-região Espaço que engloba mais de um arranjo populacional, com porte metropolitano ou próximo disso, formando, geralmente, uma área conurbada contínua ou quase contínua, com forte integração econômica, social e cultural.

coeficiente de assimetria de Bowley Relação, na sua formulação clássica, definida entre a soma do primeiro quartil com o terceiro quartil menos duas vezes a mediana e a diferença entre o terceiro e o primeiro quartis.

concentração urbana Município ou arranjo populacional com população acima de 100 000 habitantes. Apresenta alto grau de integração, devido aos deslocamentos para trabalho e estudo, possuindo grande tamanho populacional e manchas urbanizadas resultantes da expansão de uma ou mais cidades. O estudo Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil, divulgado pelo IBGE em 2016, identifica 185 concentrações no território brasileiro.

consumo final efetivo das famílias Despesas de consumo das famílias mais o consumo realizado por transferências sociais em espécie das unidades das administrações públicas ou das instituições sem fins de lucro a serviço das famílias.

consumo final efetivo do governo Despesas efetuadas pelo governo com serviços de caráter coletivo.

consumo intermediário Bens e serviços consumidos como insumos de um processo de produção, excluindo os ativos fixos; os bens e serviços podem ser transformados ou utilizados no processo de produção.

contribuições sociais efetivas a cargo dos empregadores Pagamentos por conta do empregador e em nome de seus empregados aos institutos oficiais de previdência, aos regimes próprios de previdência, às entidades de previdência privada, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e ao Programa de Formação da Patrimônio do Servidor Público - PASEP.

contribuições sociais imputadas dos empregadores Diferença entre os benefícios sociais pagos pelo governo diretamente aos seus servidores (beneficiários do Plano de Seguridade Social do Servidor - PSS) sob a forma de aposentadorias, pensões etc. e as contribuições recebidas sob a forma de PSS, pensão militar, montepio civil etc.

curva de Lorenz Representação da distribuição do valor adicionado bruto das atividades entre os municípios. No eixo horizontal, está a proporção acumulada dos municípios e, no vertical, a proporção acumulada do valor adicionado bruto, permitindo identificar a parcela do valor adicionado bruto total acumulada pelos municípios. No caso em que todos os municípios têm a mesma parcela do valor adicionado bruto, ou seja, no caso de perfeita igualdade, o gráfico é representado pela reta de 45 graus. Quanto mais distante a curva estiver dessa reta, maior a desigualdade na distribuição do valor adicionado bruto entre os municípios.

deflator Variação média dos preços do período em relação à média dos preços do período anterior.

deflator do PIB Variação média dos preços da economia no período em relação à média dos preços no período anterior. Para os produtos produzidos em cada atividade econômica, são utilizados métodos de extrapolação por índices de volume ou deflação por índices de preços. O mesmo se aplica ao preço dos produtos no consumo intermediário e, portanto, o preço do valor adicionado bruto para cada atividade resulta da combinação dos índices utilizados.

despesas de consumo final das famílias Despesas com bens e serviços realizadas pelas famílias.

despesas de consumo final do governo Despesas com bens e serviços individuais e coletivos disponibilizados gratuitamente, total ou parcialmente, pelas três esferas de governo (federal, estadual e municipal). São valoradas ao custo de sua produção.

diálise Técnica de tratamento usada na insuficiência renal. A função ausente ou deficiente do rim do paciente é compensada por uma técnica de “filtração” e limpeza do sangue do paciente por meio de equipamento (hemodiálise) ou uso de líquidos especiais introduzidos no abdome (diálise peritoneal).

entradas de mercadorias Mercadorias e insumos adquiridos para a comercialização/industrialização ou para a prestação de serviços de transporte interestadual/intermunicipal e de comunicação.

especialidade farmacêutica Produto oriundo da indústria farmacêutica, com registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA e disponível no mercado.

estabelecimento de saúde com internação Estabelecimento que possui instalações físicas específicas destinadas à acomodação de pacientes para permanência por um período mínimo de 24 horas. Os hospitais-dia não são considerados unidades com internação.

estabelecimento de saúde sem internação Estabelecimento que possui instalações físicas específicas destinadas ao atendimento de pessoas em tipo de não internação (atendimento ambulatorial ou de emergência).

excedente operacional bruto Saldo resultante do valor adicionado bruto deduzido das remunerações pagas aos empregados, do rendimento misto e dos impostos líquidos de subsídios incidentes sobre a produção.

exportação de bens e serviços Bens e serviços exportados avaliados a preços FOB, ou seja, incluindo somente o custo de comercialização interna até o porto de saída das mercadorias.

farmoquímico Substância química ativa usada como insumo na produção de medicamentos.

formação bruta de capital fixo Acréscimos ao estoque de ativos fixos destinados ao uso das unidades produtivas, realizados em cada ano, visando ao aumento da capacidade produtiva do País.

Government finance statistics manual Conjunto de princípios econômicos e estatísticos bem como diretrizes a serem utilizados na compilação e na apresentação das estatísticas fiscais, dentro de um marco analítico que inclui a avaliação patrimonial. Descreve a estrutura estatística macroeconômica projetada para apoiar a análise fiscal.

hemoterapia Serviço de terapia por meio da utilização de derivados do sangue.

hierarquia urbana Posição relativa de um centro urbano (sede de município) ou de um arranjo populacional no conjunto funcionalmente articulado de cidades do território brasileiro. Ela é aferida por meio da quantificação de suas funções (presença de instituições e empresas) e do grau de centralidade em relação ao deslocamento de moradores de outros municípios em busca de bens e serviços. O estudo Regiões de Influência das Cidades 2007, divulgado pelo IBGE em 2008, identifica 11 posições no território brasileiro, sendo grande metrópole nacional o maior nível hierárquico e centro local, o menor.

importação de bens e serviços Bens e serviços adquiridos pelo Brasil do resto do mundo, valorados a preços CIF, ou seja, incluindo no preço das mercadorias os custos com seguro e frete.

impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos Impostos, taxas e contribuições que incidem sobre os bens e serviços quando são produzidos ou importados, distribuídos, vendidos, transferidos ou de outra forma disponibilizados pelos seus proprietários, descontando os subsídios.

impostos sobre a produção e importação Impostos, taxas e contribuições pagos pelas unidades de produção e que incidem sobre a produção, a comercialização, a importação e a exportação de bens e serviços e sobre a utilização dos fatores de produção.

impostos sobre produtos Impostos, taxas e contribuições que incidem sobre os bens e serviços quando são produzidos ou importados, distribuídos, vendidos, transferidos ou de outra forma disponibilizados pelos seus proprietários.

índice de Gini Medida do grau de concentração de uma distribuição, cujo valor varia de zero (a perfeita igualdade) até um (a desigualdade máxima). No caso específico do cálculo do PIB dos Municípios, mede o grau de desigualdade existente na distribuição dos municípios segundo o valor adicionado bruto de cada município. Seu valor varia de zero, caso em que não há desigualdade, ou seja, o valor adicionado bruto é o mesmo para todos os municípios, até um, quando a desigualdade é máxima (apenas um município detém o valor adicionado bruto total e o valor adicionado bruto de todos os outros municípios é nulo). O índice de Gini é o dobro da área entre a curva de Lorenz do valor adicionado bruto e a reta que marca 45 graus.

margem de comércio Um dos elementos somados ao preço básico para cálculo do preço de consumidor de um bem. Ela é calculada a partir do valor das vendas do comércio, descontando as despesas com bens adquiridos para revenda e somando a variação de estoques do comércio.

margem de transporte Um dos elementos somados ao preço básico para cálculo do preço de consumidor de um bem. Ela representa o custo de transporte, faturado explicitamente, pago pelo comprador no momento da aquisição.

métodos gráficos Exames usados principalmente nas áreas de cardiologia, pneumologia e neurologia, nos quais a função dos órgãos examinados é representada graficamente. Os exemplos mais conhecidos são o eletrocardiograma para a função do coração, as provas de função pulmonar para avaliar as atividades do pulmão, e o eletroencefalograma para a atividade cerebral.

município intermediário adjacente Município que possui 25 000 a 50 000 habitantes em manchas urbanizadas, onde residem 25% a 50% da população; ou município que possui manchas urbanizadas com 10 000 a 25 000 habitantes, onde residem 50% a 75% da população; ou município que possui manchas urbanizadas com 3 000 a 10 000 habitantes, onde moram mais de 75% da população. Além de se enquadrar nesses critérios, o município intermediário adjacente situa-se a uma distância igual ou inferior à média nacional em relação a pelo menos um centro de maior hierarquia urbana (metrópole, capital regional, centro sub-regional).

município intermediário remoto Município que possui 25 000 a 50 000 habitantes em manchas urbanizadas, onde residem 25% a 50% da população; ou município que possui manchas urbanizadas com 10 000 a 25 000 habitantes, onde residem 50% a 75% da população; ou município que possui manchas urbanizadas com 3 000 a 10 000 habitantes, onde moram mais de 75% da população. Além de se enquadrar nesses critérios, o

município intermediário remoto situa-se a uma distância acima da média nacional em relação às três maiores hierarquias urbanas mais próximas (metrópole, capital regional, centro sub-regional).

município-polo de região geográfica imediata Município que atrai os moradores dos municípios contíguos para a compra de bens de consumo duráveis e não duráveis; para a procura de emprego, e de serviços de saúde e educação; bem como para a prestação de serviços públicos, como postos de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, do Ministério do Trabalho, de serviços judiciários, entre outros.

município predominantemente rural adjacente Município que possui 25 000 a 50 000 habitantes em manchas urbanizadas, onde residem menos de 25% da população; ou município que possui 10 000 a 25 000 habitantes em manchas urbanizadas, onde moram menos de 50% da população; ou município que possui 3 000 a 10 000 habitantes em manchas urbanizadas, onde vivem menos de 75% da população. Além de se enquadrar nesses critérios, o município predominantemente rural adjacente situa-se a uma distância igual ou inferior à média nacional em relação a pelo menos um centro de maior hierarquia urbana (metrópole, capital regional, centro sub-regional).

município predominantemente rural remoto Município que possui 25 000 a 50 000 habitantes em manchas urbanizadas, onde residem menos de 25% da população; ou município que possui 10 000 a 25 000 habitantes em manchas urbanizadas, onde moram menos de 50% da população; ou município que possui 3 000 a 10 000 habitantes em manchas urbanizadas, onde vivem menos de 75% da população. Além de se enquadrar nesses critérios, o município predominantemente rural remoto situa-se a uma distância acima da média nacional em relação às três maiores hierarquias urbanas mais próximas (metrópole, capital regional, centro sub-regional).

município predominantemente urbano Município onde mais da metade da população vive em manchas urbanizadas, ou município que possui manchas urbanizadas com mais de 50 000

ocupações Medida do fator trabalho utilizado pelas atividades produtivas, equivalente aos postos de trabalho.

orçamento da seguridade social Orçamento que abrange todas as entidades, fundos e fundações da administração direta e indireta, instituídos e mantidos pelo Poder Público, vinculados à seguridade social. O orçamento da seguridade social integra a Lei Orçamentária Anual.

orçamento fiscal Orçamento dos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público. O orçamento fiscal integra a Lei Orçamentária Anual.

outros impostos sobre a produção Impostos, taxas e contribuições que incidem sobre o emprego de mão de obra e sobre o exercício de determinadas atividades ou operações.

população residente 1. (*Censo Demográfico*) pessoas que têm a unidade domiciliar (domicílio particular ou unidade de habitação em domicílio coletivo) como local de residência habitual e estão presentes na data de referência da pesquisa, ou ausentes, temporariamente, por período não superior a 12 meses em relação àquela data.

2. (*Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*) pessoas que têm a unidade domiciliar (domicílio particular ou unidade de habitação em domicílio coletivo) como local de residência habitual e estão presentes na data da entrevista, ou ausentes, temporariamente, por período não superior a 12 meses em relação àquela data.

poupança bruta Parcela da renda disponível bruta que não é gasta em consumo final.

procedimento (médico ou de saúde) Qualquer intervenção ou ação executada por médico ou profissional de saúde no sentido de prevenir a doença (aplicação de vacina, por exemplo); curar (cirurgia de vias biliares, por exemplo); ou reabilitar o paciente (consulta de fisioterapia, por exemplo).

produto interno bruto Total dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras residentes destinados aos usos finais sendo, portanto, equivalente à soma dos valores adicionados pelas diversas atividades econômicas acrescida dos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos. O produto interno bruto também é equivalente à soma dos usos finais de bens e serviços valorados a preço de mercado sendo, também, equivalente à soma das rendas primárias. Pode, portanto, ser expresso por três óticas: a) da produção – o produto interno bruto é igual ao valor bruto da produção, a preços básicos, menos o consumo intermediário, a preços de consumidor, mais os impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos; b) da despesa – o produto interno bruto é igual à despesa de consumo das famílias, mais o consumo do governo, mais o consumo das instituições sem fins de lucro a serviço das famílias (consumo final), mais a formação bruta de capital fixo, mais a variação de estoques, mais as exportações de bens e serviços, menos as importações de bens e serviços; e c) da renda – o produto interno bruto é igual à remuneração dos empregados, mais o total dos impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e a importação, mais o rendimento misto bruto, mais o excedente operacional bruto.

quimioterapia Serviço de terapia com a utilização de quimioterápicos.

radiodiagnóstico Técnicas de diagnóstico baseadas no uso de radiação como, por exemplo, radiografias e tomografias computadorizadas.

radioterapia Serviço de terapia utilizada, principalmente, no tratamento do câncer, e que consiste na aplicação de radiação na região do tumor.

receita disponível do governo Somatório das arrecadações de impostos, taxas e contribuições pelas três esferas de governo (federal, estadual e municipal), líquidas das transferências pagas e recebidas entre elas.

receita tributária Somatório das arrecadações de impostos, taxas e contribuições pelas três esferas de governo (federal, estadual e municipal).

região geográfica imediata Recorte geográfico que reúne um conjunto de municípios, sendo um deles – ou mais do que um, no caso de arranjo populacional – o polo. Esse polo atrai os moradores dos demais municípios contíguos para a compra de bens de consumo duráveis e não duráveis; para a procura de emprego e de serviços de saúde e educação; bem como para a prestação de serviços públicos, como postos de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, do Ministério do Trabalho, de serviços judiciários, entre outros. O estudo Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias 2017, divulgado pelo IBGE naquele mesmo ano, divide o território brasileiro em 510 regiões geográficas imediatas.

região geográfica intermediária Recorte geográfico que reúne um conjunto de regiões geográficas imediatas, articuladas por um polo ou arranjo populacional de hierarquia urbana superior, principalmente, através de fluxos de gestão privado e público e pela oferta de funções urbanas de maior complexidade. O estudo Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias 2017, divulgado pelo IBGE naquele mesmo ano, divide o território brasileiro em 133 regiões geográficas intermediárias.

região rural Recorte geográfico que reúne um conjunto de municípios, sendo que um deles contém o polo urbano onde se procuram insumos e para onde se remetem os produtos agropecuários e extrativos. O relatório técnico do Projeto Regiões Rurais 2015, divulgado pelo IBGE naquele mesmo ano, identifica 104 regiões rurais no território brasileiro.

regime de caixa Modalidade contábil que considera, para fins de apuração do resultado do exercício, apenas os pagamentos e recebimentos ocorridos efetivamente no exercício.

regime de competência Modalidade contábil que considera, para fins de apuração do resultado do exercício, os fatos contábeis ocorridos durante o exercício.

remuneração dos empregados Despesas efetuadas pelos empregadores (salários mais contribuições sociais) com seus empregados em contrapartida do trabalho realizado.

renda de propriedade Renda recebida pelo proprietário e paga pelo utilizador de um ativo financeiro ou de um ativo não produzido, como terrenos.

renda disponível bruta Saldo resultante da renda nacional bruta deduzidas as transferências correntes enviadas e recebidas do resto do mundo.

renda nacional bruta 1. Produto interno bruto mais os rendimentos líquidos dos fatores de produção recebidos do resto do mundo.

2. Produto interno bruto menos as remunerações líquidas enviadas ao exterior menos as rendas de propriedade líquidas enviadas ao exterior.

rendimento misto bruto Remuneração recebida pelos proprietários de empresas não constituídas em sociedade (autônomos), que não pode ser identificada separadamente se proveniente do capital ou do trabalho.

restos a pagar Despesas empenhadas, mas não pagas, até 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas.

resultado operacional líquido Receita menos despesa. É um indicador sintético da sustentabilidade corrente das operações do governo. Capta todos os custos correntes das operações governamentais. O resultado operacional bruto corresponde a receita menos despesa distinta do consumo de capital fixo.

resultado primário ou capacidade ou necessidade líquida de financiamento primária Indicador de capacidade ou necessidade de financiamento menos as despesas de juros líquidas.

saídas de mercadorias Mercadorias ou serviços de transporte interestadual/intermunicipal e de comunicação.

salários e ordenados Salários e ordenados recebidos em contrapartida do trabalho, em moeda ou em mercadorias.

saldo das transações correntes com o resto do mundo Saldo do balanço de pagamentos em conta corrente, acrescido do saldo das transações sem emissão de câmbio.

semiárido Região composta por 1 262 municípios, dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais. Os critérios para delimitação do semiárido foram a precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 mm; o índice de Aridez de Thornthwaite igual ou inferior a 0,50; e o percentual diário de déficit hídrico igual ou superior a 60%, considerando todos os dias do ano. A competência para fixar critérios técnicos e científicos para sua

delimitação foi dada ao Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE pela Lei Complementar n. 125, de 03.01.2007.

serviços de intermediação financeira indiretamente medidos (SIFIM) Rendimentos de propriedade a receber pelos intermediários financeiros líquidos dos juros totais a pagar, excluindo o valor de qualquer rendimento de propriedade a receber de investimento de fundos próprios.

setor institucional Conjunto de unidades institucionais, que são caracterizadas por autonomia de decisões e unidade patrimonial.

sistema único de saúde - SUS Criado pela Constituição Federal do Brasil de 1988, é um sistema de atenção à saúde universal e cobre toda a população brasileira. É financiado com recursos públicos provenientes das três esferas de governo (federal, estadual e municipal). O SUS é responsável pela oferta de serviços de saúde à população em todos os níveis de atenção (promoção, prevenção, curativa e reabilitação). A rede de serviços de saúde do SUS compreende estabelecimentos de propriedade do setor público e estabelecimentos privados e filantrópicos conveniados ao SUS. Além de oferecer atenção à saúde individual, inclusive farmacêutica, o SUS é responsável por ações que promovem a saúde coletiva da população, as quais incluem participação na preparação de recursos humanos para a saúde, saúde do trabalhador, vigilância epidemiológica, vigilância nutricional e vigilância sanitária.

subsídios à produção Transferências correntes sem contrapartida do governo destinadas a influenciar os níveis de produção, os preços dos produtos ou a remuneração das unidades institucionais envolvidas no processo produtivo, permitindo que o consumidor dos respectivos produtos ou serviços seja beneficiado por preços inferiores aos que seriam fixados no mercado, na ausência dos subsídios.

System of national accounts Conjunto de normas aceitas internacionalmente e recomendações relacionadas à elaboração de indicadores da atividade econômica, de acordo com convenções contábeis, baseadas em princípios econômicos. As recomendações representam um conjunto de conceitos, definições, classificações e regras contábeis para a apuração de indicadores, como o Produto Interno Bruto - PIB, indicador de resultado econômico utilizado com maior frequência.

território econômico Território sob efetivo controle econômico de um governo, dentro do qual circulam livremente pessoas, bens e capitais.

transferências Operações efetuadas em espécie ou em numerário, entre duas unidades, sem contrapartida de bens e serviços.

transferências correntes Transferências de recursos, sem contrapartida de bens e serviços, destinadas a gastos correntes.

transferências de capital Transferências de propriedade ou aquelas condicionadas pela cessão ou aquisição de ativos.

turismo médico Viagem de pessoa não residente para realização de tratamento ou intervenção de saúde. O tratamento ou intervenção geralmente é financiado pela própria pessoa e pode não existir – ou ser oferecido a preço mais alto e/ou qualidade inferior – em seu país de origem. Há indicações de que é comum na área de cirurgia estética.

unidade local Espaço físico, geralmente uma área contínua, no qual uma ou mais atividades econômicas são desenvolvidas, correspondendo a um endereço de atuação da empresa ou a um sufixo de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, da Secretaria da Receita Federal.

unidade residente Unidade que mantém o centro de interesse econômico predominante no território econômico, realizando, sem caráter temporário, atividades econômicas nesse território.

valor adicionado bruto Valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor bruto da produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades.

valor adicionado fiscal Valor das saídas de mercadorias mais o valor das prestações de serviços de transporte interestadual/intermunicipal e de comunicação deduzidos dos valores das entradas de mercadorias e insumos utilizados.

variação de estoques Diferença entre os valores dos estoques de mercadorias finais, de produtos semimanufaturados, bens em processo de fabricação e matérias-primas dos setores produtivos no início e no fim do ano, avaliados aos preços médios correntes do período.

Equipe técnica

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de Contas Nacionais

Rebeca de La Rocque Palis

Comissão técnica

Rebeca de La Rocque Palis

Alessandra Soares da Poça

Alex Ribeiro

Breno Augusto de Barros Antunes

Dinamar Maria Ferreira Marques

Eliandres Pereira Saldanha

João Paulo Caetano Santos

Maria Glaucia Pacheco Moreira

Patry Marques Boscá

Raquel Callegario Gomes

Reinaldo Carvalho de Moraes

Wilson Grimaldi

Elaboração do texto

Alessandra Soares da Poça

Frederico Sérgio Gonçalves Cunha

Luiz Antonio do Nascimento de Sá

Raquel Callegario Gomes

Técnicos participantes da Coordenação de Contas Nacionais

Alessandra Soares da Poça

Amanda Mergulhão Santos Barros

Amanda Rodrigues Tavares

André Artur Pompéia Cavalcanti

André Rodrigues Pereira

Bárbara de Oliveira Brasil Correa

Camila Unis Krepsky

Carlos Cesar Bittencourt Sobral

Carmen Maria Gadea de Souza

Christina Elisabeth Fischer Mattoso Maia Forte

Cláudia Coelho Reis

Claudia Dionisio Esterminio

Cristiano de Almeida Martins

Daniel Rodrigues Caetano

Douglas Moura Guanabara

Evaldo Gomes Rangel

Felipe Castor Cordeiro de Souza

Felipe de Oliveira Sampaio

Filipe de Mattos Molina Napoleão Ferreira (Estagiário)

Filipe Keuper Rodrigues Pereira
Flávia Caheté Lopes Carvalho
Frederico Sérgio Gonçalves Cunha
Gabriela Cavalcanti de Araújo Martins
Guilherme Cunha Coutinho Barros
Guilherme Halusca Rodrigues de Sá
Guilherme Spinato Morlin
Gustavo Chalhoub Garcez
Hugo Araújo Saramago
José Luiz de Moraes Ferreira Louzada
Júlio César Siqueira
Katia Namir Machado Barros
Lucas Sant'Anna Moraes dos Santos (Estagiário)
Luiz Antonio do Nascimento de Sá
Luiz Fernando de Faria Pereira
Luiz Gustavo Velloso Castello (Estagiário)
Márcio Resende Ferrari Alves
Marcos Paulo Laranja Ribeiro
Matheus Pereira Albudane (Estagiário)
Michel Vieira Lapip
Patrícia Schimitt Fontenelle
Paula Mendonça Arruda
Paulo Henrique Polly Montaya
Raimundo Tavares Guedes
Raquel Callegario Gomes
Rebeca de La Rocque Palis
Ricardo de Souza Ribeiro
Ricardo Montes Moraes
Samuel Cruz dos Santos
Sarah Tavares Corrêa Cunha
Tássia Gazé Holguin
Teresa Cristina Bastos
Valdilson Batista de Moraes
Vera Lúcia Duarte Magalhães
Victor Hugo Martins Bello Honaiser

Colaboradores

Diretoria de Geociências

Coordenação de Geografia

Elaboração de texto

Claudio Stenner
Diogo de Carvalho Cabral
Marcelo Luiz Delizio de Araújo

Elaboração de mapas

Guilherme Fernandes de Moraes Bittencourt

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Gerência de Editoração

Estruturação textual do Informativo

Katia Vaz Cavalcanti

Fernanda Maciel Jardim

Leonardo Ferreira Martins

Projeto gráfico do Informativo

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

Gerência de Documentação

Pesquisa e normalização documental, textual e padronização de glossários

Ana Raquel Gomes da Silva

Fabiana do Nascimento Côrtez Muniz (Estagiária)

Juliana Chagas Moreira

Juliana da Silva Gomes

Lioara Mandoju

Nadia Bernuci dos Santos

Valéria Maria Melo (Estagiária)

Órgãos Estaduais de Estatística

Rondônia

Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

Hilda Coêlho Gomes Denny

Teresa Cristina Simoni

Acre

Secretaria de Estado de Planejamento

Arlene de Nazaré Silva Pessoa

Claudia Lima Saldanha

Shirley Brana Vilela

Amazonas

Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação

Casemiro Rodrigues de Souza

Francisco Alves de Freitas

Julio Afonso Filho

Josenete Cavalcante Costa

Roraima

Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Roraima

Fabio Rodrigues Martinez

Milton Antonio do Nascimento

Natalino Araújo Paiva

Pará

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas - FAPESPA

José Dias de Carvalho Zurutuza

Maria Glaucia Pacheco Moreira

Amapá

Secretaria de Estado do Planejamento

Leila Sílvia Sacramento Balieiro de Souza

Newton Wanderley Salomão Junior

Oneide da Cruz Pinheiro

Regina Célis Martins Ferreira

Vanete dos Santos Palmeira

Tocantins

Secretaria da Fazenda e Planejamento

Geizianne Pereira da Cunha

Grazielle Azevedo Evangelista

Kézia Araújo Dias

Maranhão

Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos - IMESC

Anderson Nunes Silva

Dionatan Silva Carvalho

Rafael Thalysson Costa Silva

Piauí

Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí - CEPRO

Delso Ribeiro de Carvalho

Evaristo Alves dos Reis Junior

Manfredi Mendes de Cerqueira Junior

Tancredo Dantas Neiva

Ceará

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE

Alexsandre Lira Cavalcante

Ana Cristina Lima Maia

Daniel Suliano

Fátima Juvenal de Souza

Margarida Maria Sérgio do Nascimento

Nicolino Trompieri Neto

Rogério Barbosa Soares

Witalo Lima Paiva

Rio Grande do Norte

**Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte
- IDEMA**

José Leônidas Galvão Neto
Wagner Rodrigues

Paraíba

**Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - Gerência Executiva
de Desenvolvimento Municipal e Regional**

Janayna Maria Carvalho Alves
Leilah Silva Barros
Rosimélia Lima Santos de Araújo
Simone Ana Olímpio

Pernambuco

**Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de
Pernambuco - CONDEPE/FIDEM**

André Luís da Silva
Bruno Braga Gomes dos Santos
Claudia Baptista Ferreira Pereira
Daniel Oliveira Paiva da Silva
Diogo Machado Lima
Fernando Mota Maia Neto
Laudecina Alves Pereira
Rodolfo Guimarães Regueira da Silva
Wilson Grimaldi

Alagoas

Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio

Gilvandro Freitas
Marcia Nubia Barbosa Lopes
Roberson Leite Silva Júnior
Teresa Márcia da Rocha Lima Emery

Sergipe

Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

Márcia de Andrade Bastos
Maysa Ismerim Oliveira

Bahia

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI

Carol Araújo Vieira
Denis Veloso da Silva
João Paulo Caetano Santos
Karina Maria das Graças Carneiro da Silva
Simone Borges Medeiros Pereira

Minas Gerais

Fundação João Pinheiro - FJP

Maria Aparecida Sales Souza Santos
Marilene Cardoso Gontijo
Raimundo de Sousa Leal Filho
Reinaldo Carvalho de Moraes
Thiago Rafael Corrêa de Almeida

Espírito Santo

Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN

Edna Moraes Tresinari
Gustavo Ribeiro

Rio de Janeiro

Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro - CEPERJ

Luiz Antonio Nunes de Sant' Anna
Seráfita Azeredo Avila

São Paulo

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE

Cassia Chrispiniano Adduci
José Roberto Rodrigues
Maria Rosa Borin
Odete Ferreira Salsa
Regiane Lenardon
Renata Silveira Correa
Vagner Bessa

Paraná

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES

Cassiano Correa de Oliveira
Mari Aparecida dos Santos
Ricardo Kureski

Santa Catarina

Secretaria de Estado do Planejamento

Alex Ribeiro
Carlos Mestre Crespo Luz
Paulo Zoldan - SEFAZ/SC

Mato Grosso do Sul

Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar

Eliandres Pereira Saldanha
Renato Prado Siqueira

Mato Grosso

Secretaria de Estado de Planejamento

Breno Augusto de Barros Antunes
Eduardo Matsubara

Goiás

Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos - IMB

Dinamar Maria Ferreira Marques
Jalda Claudino
Juliana Dias Lopes
Rafael dos Reis Costa

Distrito Federal

Companhia de Planejamento do Distrito Federal - CODEPLAN

Clarissa Jahns Schlabitz
Eurípedes Regina Rodrigues de Oliveira
Sandra Regina Andrade Silva

Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

Ana Claudia de Azevedo Monteiro
Ana Maria Oliveira de Souza
Edimary Porto Dias
Evelyne Lima de Souza
Patry Marques Boscá
Renato Mendes Freitas